

O INSTITUTO DE CEGOS DO RIO GRANDE DO NORTE (IERC) E A INCLUSÃO DE SUJEITOS CEGOS NOS PROCESSOS EDUCACIONAIS

Arthur Cassio de Oliveira Vieira ¹

Jammerson Yuri da Silva ²

RESUMO

Este trabalho se insere no campo da Educação Especial, articulando elementos da Inclusão e da História da Educação. É resultado de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE), promovido pela Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA). Tem como objetivo apresentar o Instituto de Cegos do Rio Grande do Norte (IERC), sua história e suas ações para promoção da educação para cegos na cidade de Natal/ RN. O Instituto possui 72 anos de história e tem contribuído fortemente com as discussões no tocante à inclusão. Temos como referencial teórico Justino Magalhães (2004) a fim de compreender o conceito de Instituição como um espaço de carne e pedra (Sennett, 2008), em que se desenvolvem relações de afetividade e sociabilidade que vão além de sua conformação material. Discutimos também o conceito de inclusão com base nas disposições de Romeu Sasaki (2006) e tomamos como fontes: documentos oficiais, atas, relatórios, materiais paradidáticos, imagens e relatos orais de sujeitos que atuam na instituição. As mesmas foram operacionalizadas através do método historiográfico da heurística e da hermenêutica e, no caso dos relatos orais, da história oral temática, de acordo com José Carlos Sebe Bom-Meihy (2006). Observa-se a partir da pesquisa realizada, um espaço que busca promover a inclusão de cegos nos processos educacionais e a socialização destes sujeitos, partindo da interculturalidade entre as culturas cega e vidente.

Palavras-chave: Educação Especial, Inclusão, IERC, Interculturalidade.

INTRODUÇÃO

Quantos estudantes cegos fizeram parte da sua turma de Ensino Médio? E no período do Ensino Fundamental, ou mesmo na etapa da Educação Infantil, com quantas pessoas cegas você conviveu? Você recorda de uma presença maciça de sujeitos com cegueira ou baixa visão em ambientes educacionais? Os questionamentos aqui apresentados e que dão início a escrita deste trabalho nos levam a refletir brevemente

¹ Professor do DEDUC – CERES/ UFRN. Historiador e Pedagogo. Mestre em História e Doutor em Educação pela UFRN arthur_cassio@yahoo.com.br

² Doutorando e Mestre em Educação pela UFRN. Psicopedagogo Clínico e Institucional. Pedagogo pela UFRN, jammerson_yuri@hotmail.com

sobre o caráter capacitista³ das instituições de ensino, referendados acriticamente por anos e anos, de modo a não incluir tais sujeitos nos processos de ensino-aprendizagem.

Como nos revela Bourdieu (1992) em sua crítica às instituições escolares como espaços que (re)produzem as desigualdades sociais, a escola funcionaria como uma microsociedade, em que os preconceitos que permeiam as vivências em sociedade se manifestam de maneira sistêmica e institucionalizada. Podemos observar tais situações, por exemplo, na negação de matrículas às pessoas com deficiência ou Necessidades Educacionais Específicas (NEE), na falta de adaptação da estrutura física das instituições ou mesmo na falta de capacitação profissional e execução de projetos que abordem a temática da inclusão⁴.

Cabe ressaltar que tal realidade não se trata apenas de uma alegação da incapacidade de trabalhar com tais sujeitos e atender às suas demandas, mas efetivamente da negação de um direito garantido constitucionalmente. Nota-se que, nos últimos anos, tem-se avançado bastante em termos de políticas educacionais inclusivas, legitimando a atuação de profissionais da área de Educação Especial, seja na sala de aula regular, seja na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM).

Entretanto, apesar das iniciativas legais e práticas com a finalidade de garantir acesso e permanência aos espaços e processos educacionais, é inegável a dificuldade que muitos atores e instituições em oferecer o que é preconizado pela legislação educacional. É a partir deste vácuo institucional que podemos perceber o surgimento de espaços especializados que se dedicam a atender as demandas e necessidades deste público, seja no tocante à educação, seja na promoção da cidadania, perpassando a socialização.

A pesquisa aqui apresentada se insere no campo da História da Educação, articulando elementos da Inclusão e da Educação Especial. Temos como objetivo geral analisar o Instituto de Educação e Reabilitação de Cegos do Rio Grande do Norte (IERC) como uma instituição promotora dos processos de inclusão e educação de sujeitos cegos

³ O termo capacitismo tem ganhado bastante destaque nas discussões referentes à inclusão de pessoas com deficiência e NEE na sociedade como um todo. Trata-se de reduzir o sujeito a sua deficiência, duvidando de sua capacidade de realizar determinadas atividades e legitimando o preconceito. Para melhor compreender tal conceito e sua relação com a inclusão escolar, sugerimos a leitura de: FERREIRA, Estela Costa. Refletindo sobre a inclusão escolar: O que é capacitismo? In.: Revista Científica Universitas, v. 10, n. 1, 2023.

⁴ Apesar das iniciativas legais que determinam a presença de estudantes com deficiência ou NEE em salas de aula regulares, ainda existem instituições que se negam a recebê-los, conforme podemos observar a partir da história de Danielle Egg: <https://noticias.r7.com/minas-gerais/aluna-cega-tem-matricula-recusada-por-escola-de-conselheiro-lafaiete-mg-26022016/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

e com baixa visão na cidade de Natal/RN. Para tanto, tomamos como referencial teórico o autor Justino Magalhães (2004), a fim de melhor compreender o que é uma instituição e qual a sua função social. Já no tocante ao conceito de inclusão, partimos das discussões de Romeu Sasaki (2006).

Nosso corpo de fontes é formado por documentos oficiais da instituição, tais como atas, relatórios, programas e ofícios, analisadas a partir do método historiográfico da heurística e da hermenêutica. Esta metodologia possibilita ao pesquisador realizar uma crítica interna e externa ao documento, percebendo suas relações sociais, políticas e econômicas, quem o produziu e com que intencionalidade. Também realizamos entrevistas semiestruturadas com gestores, professores e estudantes da instituição, operacionalizadas através da história oral temática, conforme proposto por José Carlos Sebe Bom-Meihy (2006).

Nota-se, a partir do trabalho realizado, a grande relevância social de uma instituição que se pretende promotora da inclusão e facilitadora dos processos de ensino-aprendizagem para sujeitos com cegueira e baixa visão. Em uma sociedade na qual ocupar os espaços públicos por parte deste grupo tem sido uma crescente, o IERC tem se apresentado como um espaço de convergência e mediação entre as culturas cega e vidente.

IERC: um espaço de inclusão e sociabilidade

O Instituto de Educação e Reabilitação de Cegos do Rio Grande do Norte possui 72 anos de história. A casa recebe sujeitos cegos e com baixa visão, buscando inseri-los na sociedade a partir da educação. O Instituto foi fundado em 16 de julho de 1952 pelo médico Ricardo César Paes Barreto⁵. “Trata-se de uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública municipal e estadual, com registro no Conselho Nacional de Assistência Social” (Araújo et. al., 2008, p. 77).

A criação do Instituto foi uma iniciativa de médicos da cidade do Natal, liderados pelo Dr. Dutra e pelo Dr. Paes Barreto, que se preocupavam com a situação de rua e

⁵ Ricardo Paes Barreto era filho de Juvino Barreto, membro da família Barreto-Maranhão. Foi influente médico e político do estado (deputado estadual) do Rio Grande do Norte. Dirigiu durante anos o antigo Hospital dos Alienados, assim como o IERC.

mendicância na qual se encontravam os cegos da capital. Seu principal intuito era tirá-los das ruas e possibilitar estudo e alfabetização. Inicialmente, funcionou em paralelo aos atendimentos dos médicos fundadores, em seus consultórios nas ruas Dr. Barata e Floriano Peixoto. O primeiro prédio onde funcionou a instituição situa-se no bairro das Rocas. O espaço que ficou conhecido como “Escola das Rocas” acolhia os cegos para garantir-lhes ensino e alimentação.

O prédio onde funcionou a Escola das Rocas hoje abriga o centro comunitário do bairro. Segundo o diretor do espaço, a instituição mudou de endereço em 1982, quando foi construída a primeira parte do atual prédio do IERC, em terreno doado por iniciativa do governo Aluízio Alves (1961-1966). Hoje, o instituto conta com uma estrutura que compreende jardim, quadra de *goalball*⁶, auditório, salas de aula, secretaria, diretoria, sala dos professores e recepção. O IERC oferta aulas de dança, esportes, informática, braile, mobilidade, escrita cursiva e estimulação precoce. Os profissionais que no espaço atuam são voluntários ou conveniados com o Estado e o Município.

O estatuto vigente do IERC foi registrado no 2º Ofício de Notas de Natal, em 26 de março de 2003. O documento apresenta que a instituição possui por finalidade desenvolver habilitação e reabilitação de cegos e deficientes visuais, serviços de educação, formação, integração social e qualificação profissional. No tocante a este último aspecto, cabe destacar que saiu do IERC o primeiro sujeito cego a ser contratado com registro trabalhista por uma fábrica em Natal. Trata-se do atual presidente, Marcos Antônio, que trabalhou durante anos em uma fábrica têxtil da cidade.

Nota-se que a instituição não possui fins lucrativos e oferece serviços de maneira gratuita, o que leva à celebração de parcerias com o poder público a fim de suprir o espaço com profissionais qualificados nas áreas pedagógica, de mobilidade, assistência social, oftalmológica, entre outras. Podem ser admitidos como sócios pessoas físicas ou jurídicas, que são classificadas em efetivos, colaboradores, honorários e beneméritos. Eles têm direito a voto e a tomar parte nas assembleias.

O documento dispõe também sobre as funções dos órgãos administrativos, quais sejam a Assembleia Geral, a Diretoria e Conselho Fiscal. A Diretoria é composta por

⁶ O *goalball* é uma modalidade esportiva em que os competidores – pessoas com deficiência visual – jogam a bola com a mão a fim de acertar as balizas do time adversário, que ficam deitados protegendo a trave. O esporte foi inventado em 1946 pelo austríaco Hanz Lorenzen e pelo alemão Sett Reindle e é uma das modalidades esportivas ensinadas no IERC.

presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, 1º tesoureiro e 2º tesoureiro. A equipe é eleita quadrienalmente por voto secreto e a ela compete convocar e dirigir as assembleias, bem como administrar a instituição. Cabe a ela também, sobretudo ao diretor e tesoureiros, a administração dos patrimônios social e financeiro do IERC, que, em caso de dissolução, passam para outra entidade de igual finalidade e com personalidade jurídica.

Para execução desta pesquisa, realizamos algumas visitas ao Instituto, a fim de coletar documentos e entrevistas, bem como melhor compreender o seu funcionamento. Ao chegar na instituição, os visitantes e alunos são recepcionados pela figura carismática de Gleide Dias de Medeiros, vice-diretora e professora de orientação e mobilidade. A profissional aposentada de 76 anos, atua há 37 anos no IERC, sendo hoje voluntária. Em uma das nossas entrevistas, Gleide afirmou:

Eu faço questão de realizar esse acolhimento inicial, receber a todos, pois o momento da descoberta da cegueira é muito traumático para as pessoas e suas famílias. Então muitas vezes eles chegam aqui tristes, sem esperança. Então eu apresento para eles que a cegueira não é o fim. Que é só o começo de uma vida nova, com algumas adaptações, mas que é possível viver, trabalhar, estudar. Eles chegam aqui e encontram pessoas felizes (Diário de campo, 2024⁷).

Foi Gleide Medeiros que nos recebeu, apresentando-nos a instituição e seus espaços, guiando-nos sala a sala. Apresentou-nos também o diretor da IERC, o senhor Marcos Antônio da Silva. Em diálogo com ambos, foi interessante perceber a compreensão que os gestores possuem daquele espaço como um lugar que pensa a inclusão na prática, ressaltando a necessidade de romper com discursos que levam em consideração apenas aspectos teóricos, afirmando ainda que “*sem o conhecimento do braille, não há inclusão*”.

É notório que, no contexto socioeducacional do Brasil, o braille ainda é pouco divulgado e utilizado nas escolas. Isto se deve a diversos fatores, que vão desde a falta de conhecimento até a falta de investimentos em uma imprensa que custa caro e demanda profissionais capacitados. O IERC conta com aulas de braille, ministradas pela professora Dilma. Dilma Clea Barbosa Gomes Silva, de 54 anos, trabalha há 32 como professora da rede estadual e há 12 no IERC. Em sua fala ficou muito evidente o trabalho de criação e

⁷ O diário de campo foi produzido a partir das entrevistas e anotações realizadas durante as visitas ao espaço.

mediação realizado por ela no instituto, tendo em vista que o material é muito caro e por vezes, inacessível.

Tudo que eu sei eu aprendi a partir de cursos de formação, do contato com a professora Fátima, mas principalmente com a experiência. Cada um aprende de um jeito e em um ritmo diferente. Aqui nós precisamos de materiais para que os alunos aprendam, mas eles são muito caros. Uma reglete, por exemplo, custa 180 reais. Uma imprensa braile custa em média 44 mil. Nós temos uma aqui, mas está quebrada e não temos recursos para consertar. Então, eu acabo confeccionando os materiais que a gente utiliza em aula, como cartas com pingos de cola, alfabeto tátil, entre outros. Assim eu vou criando as atividades de acordo com as necessidades dos alunos (Diário de campo, 2024).

Nota-se a partir da fala da docente, o caráter de mediação realizado pelos professores do instituto. Esta se expressa através da produção de materiais didáticos e da orientação a crianças cegas no sentido de compreender o funcionamento do mundo a sua volta. Apesar de esbarrar em dificuldades econômicas, tais sujeitos se propõem a atuar efetivamente como mediadores e criadores culturais, adaptando e concebendo recursos e metodologias de acordo com as necessidades de cada estudante, bem como de seu entorno. Para Gomes (2016, p. 33):

O trabalho do mediador, mesmo quando entendido como “simplificação/didatização” de códigos, linguagens e conhecimentos, nada tem de fácil. O simples adquire uma gama de significados complexos, assentados nas ideias de seleção e escolha cuidadosas; de uma depuração que torna precisos os sentidos mais importantes daquilo que se deseja comunicar, o que demanda competências e vivências específicas e especializadas.

A fala da professora Dilma também denota outro aspecto importante deste trabalho. Ao referendar os conhecimentos construídos a partir do seu contato com a professora Fátima, Dilma nos leva a problematizar traços geracionais no tocante ao ensino de pessoas cegas. Sirinelli (2003), afirma que todo intelectual se reporta a uma geração, mesmo que seja para contrapô-la. Neste sentido, temos uma relação de dupla via, em que a professora Dilma teve acesso a muitos saberes constituintes de sua prática pedagógica, mas também necessita frequentemente atualizar-se e realizar ajustes e adequações. Isto se dá, sobretudo, devido as mudanças do cenário educacional, o avanço das tecnologias da

informação, tecnologias assistivas e a legislação vigente, que vem contemplando cada vez mais a inclusão, aspectos que legitimam o caráter vivo e dinâmico da educação.

Em uma de nossas visitas, tivemos a oportunidade de conhecer a sala de estimulação precoce, voltada para crianças de 0 a 4 anos de idade desenvolverem a imaginação e os sentidos. O espaço, cuidadosamente organizado, dispõe de 1 banheiro e 2 ambientes, onde é possível encontrar bonecas, carrinhos, brinquedos luminosos e com diferentes sons, objetos de diversas cores, tamanhos e texturas. É neste ambiente que a professora Josenilda Maia de Souza trabalha há 18 anos.

Em diálogo com a professora, ela afirma:

Recebemos aqui não apenas crianças com deficiência visual, mas também com outras deficiências. Aqui a gente busca priorizar o desenvolvimento do sujeito, independente da sua condição visual. Trabalhamos com o corpo e a interação com o meio. É interessante que eles possuem muita resistência ao toque, pois têm medo e também a dificuldade de imaginar, pois não possuem uma imagem formada sobre as coisas que para alguém que enxerga são coisas comuns. Então, o nosso desafio é estimular essa criança para que ela possa também sentir, perceber e imaginar através de sons e do toque (Diário de campo, 2024).

Josenilda é conveniada do Estado e Município, atuando na instituição nos turnos matutino e vespertino, realizando atendimentos diários e individuais com as crianças que frequentam o IERC. A partir de sua fala, é relevante ressaltar o trabalho de mediação cultural entre sujeitos com deficiência visual e professores videntes, tendo em vista que a condição de enxergar possibilita a estes profissionais mediar a aprendizagem, a percepção, a imaginação e a potencialização dos sentidos.

Para Gomes (2016), os professores são compreendidos como intelectuais criadores e mediadores culturais. Sob a perspectiva desta autora, os fenômenos de ensino-aprendizagem perpassam a criação e adaptação de métodos, recursos e categorias que desvelam o comprometimento ético, político e social de sua prática. Sendo assim, é possível inferir que o trabalho desenvolvido pelos docentes do IERC é efetivamente de mediação cultural, vislumbrando a inclusão.

[...] um mesmo intelectual pode ser “criador” e “mediador”; pode ser só “criador” ou só “mediador”; ou pode ser “mediador” em mais de um tipo de atividade de mediação cultural, sendo seu valor conferido pelo reconhecimento de seu trabalho, quer pelo público, quer pelo próprio campo intelectual com o

qual dialoga. (Gomes, 2016, p. 22).

No tocante a este conceito, é possível observar nas falas de diversos sujeitos com quem conversamos na instituição um posicionamento crítico àquilo que por vezes é socialmente proposto. A experiência diária com a cultura cega e os relatos dos sujeitos assistidos pelo IERC os leva a observar que, em diversas ocasiões, esta inclusão emerge apenas como aparato discursivo. Na realidade, os sujeitos com deficiência visual ainda são tratados de maneira capacitista, sendo inseridos em espaços sem a mínima adaptação ou acessibilidade, provocando uma deficiência secundária, isto é, aquelas situações em que as condições externas ao sujeito o incapacitam ou impossibilitam a sua inclusão ao meio⁸.

Para Romeu Sasaki (1997), incluir não se trata de moldar um sujeito às necessidades da sociedade que o cerca, inserindo-o em espaços que se apresentam incapazes de promover sua interação e inclusão. Incluir está relacionado a intervenção no meio social, adaptando-o e dotando-o da capacidade de acolher de maneira equitativa todos os sujeitos, independente de suas deficiências e necessidades. Sendo assim, é latente o quanto nossa sociedade, aparelhos públicos e espaços educacionais carecem ainda de um olhar crítico e reflexivo para a temática da inclusão.

Ainda em se tratando da mediação realizada pela instituição, destacamos aqui a fala da jovem Vitória Nayane, de 24 anos. Nayane reside no município de Caicó e foi frequentadora do instituto desde bebê. A atual estudante do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ressalta o importante papel desempenhado pelo IERC no seu processo formativo, possibilitando-lhe o acesso ao braile e ao desenvolvimento sensorial. A entrevistada ressalta que

Uma coisa muito interessante que aconteceu comigo foi que eu aprendi o braile no IERC. Depois que eu aprendi, eu e a minha mãe trouxemos esse conhecimento aqui para nossa cidade e muitos professores de escolas públicas se interessaram de aprender. Então, nós ensinamos o braile para eles. Isso foi algo muito importante (Diário de campo, 2024).

⁸ Com relação a deficiência secundária no contexto de pessoas cegas, Vygotski (2012), apresenta uma interessante discussão acerca da privação de direitos e/ou mesmo da convivência com outros sujeitos, o que, na perspectiva do socio-interacionismo, gera ainda mais entraves em seu processo de desenvolvimento cognitivo e socioemocional.

A fala de Nayane nos leva a perceber que a dinâmica de mediação não está restrita apenas a relação professor-aluno, mas perpassa outras instâncias, ganhando caráter institucional. A instituição em si passa a ser uma grande mediadora entre o conhecimento e o desconhecimento da cultura cega, transformando seus alunos em replicadores dos saberes ali construídos.

Dentro do IERC é notória a preocupação daqueles que ali trabalham objetivando garantir um espaço de efetivo acolhimento e inclusão, desde o espaço físico, que conta com acessibilidade às relações interpessoais, que demonstram companheirismo e cordialidade. Destacamos aqui a fala de Valdevina Freire, mãe de Rute Beatriz de 2 anos.

Nós somos naturais da cidade de Nísia Floresta. Rute frequenta o IERC desde os dois meses de vida. Quando chegamos aqui, o acolhimento foi muito importante, por que com o diagnóstico da cegueira, nós chegamos aqui muito tristes. Mas aos poucos a gente foi entendendo que se adaptando ela pode ter uma vida feliz. Ela vem duas vezes por semana e está se desenvolvendo bastante. Está frequentando as aulas da professora Josi e está ganhando mais autonomia (Diário de campo, 2024).

Durante nossas visitas conhecemos também o estudante Cassio Davi, de 11 anos. No IERC, Cassio faz aulas de braile, mobilidade, música e karatê. O estudante afirmou que gosta muito de frequentar o espaço, pois lá tem vários amigos com os quais convive e brinca bastante. O diálogo com ele trouxe à tona outra faceta da instituição, a sociabilidade. Para Sirinelli (2003), a sociabilidade é um elemento que congrega os sujeitos em torno de vivências e experiências partilhadas em seu espaço tempo. Elas se dão através de eventos, publicações e de espaços. A consolidação de uma rede de sociabilidade possibilita uma circulação de saberes e sujeitos próprios daquele meio.

Neste sentido, o IERC é um espaço onde ocorrem diversas atividades sociais e culturais, como eventos beneficentes, festas, bailes e jogos. É um espaço vivo na conformação da cidade, composto de memórias, cheiros, gostos, carne e pedra, como nos expõe Sennett (2003). De tal forma, configura-se como uma instituição atuante socialmente na promoção não apenas da educação, mas também da promoção da cidadania e sociabilidade. Para Magalhães (2004, p. 66),

a pedagogia institucional não consigna apenas à instituição enquanto espaço físico, caracterizado por uma determinada arquitetura; alarga-se ao grupo e às

representações que subjazem aos intervenientes na relação educativa, bem como aos projetos de vida que a relação dos sujeitos com a instituição permitiu realizar e tornar realidade. A identidade dos sujeitos, suas memórias, destinos e projetos, como a memória e a representação da instituição, cruzam-se e fecundam-se mutuamente enquanto construção histórica.

O IERC é este espaço que, repleto de sentidos e significados, passa a ganhar o status de lugar (Tuan, 1983). O instituto tem atuado há anos na cidade do Natal, consolidando-se como uma instituição em prol da educação e da inclusão. Isto pode ser constatado, por exemplo, a partir do acesso às Leis de Reconhecimento de Utilidade Pública Estadual (1979) e Municipal (1978). Estas reconhecem a relevância dos serviços prestados pela instituição, potencializando possibilidades de colaboração entre os entes.

Apesar, entretanto, de ter seu valor e relevância reconhecidos socialmente e politicamente, o IERC vem ao longo dos anos passando por dificuldades, no tocante a manutenção de estruturas e equipamentos. O instituto durante muito tempo abrigou uma escola, voltada para crianças cegas e com baixa visão, em níveis de Ensino Infantil e dos Anos Iniciais. Nesse período, o IERC recebia financiamento público, assim como as demais escolas.

Porém, novas compreensões acerca da inclusão passaram a orientar a presença de crianças com deficiência e NEE nas salas de aula regulares, orientando mudanças na legislação educacional. A partir de então, a instituição passou de escola para associação filantrópica, vindo a manter-se apenas com doações. Ainda assim, o instituto permanece aberto e em pleno funcionamento, impactando a vida de sujeitos e famílias que necessitam de seu apoio e serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou um pouco da trajetória e das ações do Instituto de Educação e Reabilitação de Cegos do Rio Grande do Norte, que há 72 anos busca promover educação, inclusão e cidadania para pessoas cegas na cidade de Natal. Construir uma narrativa dessa história implica revisitar trajetórias marcadas, por vezes, pela exclusão e a negação de direitos, compreendendo que a atuação de uma instituição torna-se para além de relevante, de primeira importância. A estrutura organizacional e o respaldo social de uma entidade são capazes de promover o processo de mediação cultural, arrecadar

fundos, executar projetos e garantir visibilidade a causa da comunidade cega, em um contexto que ainda reproduz preconceitos e capacitismo.

Identificamos que os sujeitos que nela atuam enquanto docentes podem ser considerados intelectuais criadores e mediadores culturais, à medida em que promovem a criação, adaptação de recursos e métodos, bem como mediam saberes e vivências entre a cultura cega e a vidente. Ouvir as narrativas de atores envolvidos no funcionamento da instituição nos permitiu acessar um lugar repleto de afetos e sensibilidades, que fez e faz a diferença em seu processo de humanização. Por fim, temos que o IERC é um relevante espaço de convergência e sociabilidade de sujeitos cegos. Um lugar antropológico que atravessa e impacta a história daqueles que sentem e enxergam além do olhar.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: _____. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

FERREIRA, Estela Costa. Refletindo sobre a inclusão escolar: O que é capacitismo? In.: **Revista Científica Universitas**, v. 10, n. 1, 2023.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996.

GIROUX, Henry. **Os Professores como Intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo Nexos**: História das Instituições Educativas. São Paulo: EDUSF, 2004.

MAGALHÃES, Justino P. de; BARRETO, Raylane A. D. N. Os intelectuais e a educação: abordagem histórica e biográfica. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 54, n. 41, p. 61-85, maio/ago. 2016.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, Eliane Ferreira da; ARAÚJO, Alessandra Patrícia de; MARQUES, Edineide da Silva; OLIVEIRA, Maria Luzia Alexandre de. **Portadores de necessidades especiais: o caso do Instituto de Educação e Reabilitação dos Cegos do Rio Grande do Norte**. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, [S. l.], v. 5, p. 66-86, 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2013>. Acesso em: 31 ago. 2023.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa. p.259-279. 1998.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

VECHI, Aline Tainah Teixeira. **Requalificação sinestésica do Instituto de Educação e Reabilitação dos Cegos do Rio Grande do Norte**. 2016. 114f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

VYGOTSKY, L. S. Tomo V. **Fundamentos de defectologia**. Madrid: Visor. Obras Escogidas, (2012).